



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

De acordo com uma reportagem da SIC de 28 de novembro, intitulada “Bombeiros recusam participar em missão de transporte de água em Viseu”, várias corporações terão mostrado indisponibilidade para integrar a operação de transporte de água da Barragem da Agueira para Fagilde, no distrito de Viseu, devido à seca, por terem de adiantar dinheiro do próprio bolso.

Esta notícia surge já na sequência de uma outra que, no passado dia 21 de novembro, dava conta, em vários órgãos de comunicação social nacionais e locais, de um comunicado da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), defendendo que as corporações de bombeiros envolvidas no abastecimento de água às populações sejam ressarcidas, uma vez que não se trata de uma missão de emergência de proteção civil.

A LBP adiantava, então, que os bombeiros estão "envolvidos em disponibilidade total" na operação de abastecimento de água no distrito de Viseu, mas ao "não ser definido um valor justo" por essa prestação, vão acentuar-se os prejuízos acumulados sentidos pelas associações de bombeiros voluntários, e questionou publicamente a tutela sobre que tipo de operação está a ser realizada, tendo em conta que a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) "não se dignou informar a LBP do que está em causa".

A LBP defende que as associações humanitárias de bombeiros devem ser ressarcidas "à dimensão exata dos custos desta operação", e que, "não sendo assim, estará claramente em risco a gestão das associações humanitárias de bombeiros".

Já na peça da SIC, o Presidente dos Bombeiros Voluntários de Penalva do Castelo afirma: “Nós estamos a transportar a água, a fazer o socorro às populações, desde a primeira hora. E continuaremos a fazê-lo, mas subsidiando nós próprios o Estado. Não recebemos um tostão para fazer este tipo de transporte”. No entanto, e segundo a peça da SIC, há empresas privadas a cobrar ao Estado 700 euros por camião de água.

A água chega à Barragem de Fagilde em camiões cisterna – cerca de 100, diariamente –, é depois tratada na própria ETA de Fagilde e entra nos sistemas para poder abastecer os concelhos de Viseu, Mangualde, Nelas e Penalva do Castelo.

Fustigada pelas chamas no verão e em outubro, a região de Viseu debate-se agora com uma situação de seca extrema. Viseu, Mangualde, Penalva do Castelo e Nelas são abastecidos pela Barragem de Fagilde, que está com cerca de 8% da sua capacidade. Estima-se que esta barragem tenha dado mais de um milhão de metros cúbicos para combater os incêndios que assolaram a região.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Confirma V. Exa. os factos relatados na reportagem da SIC, de dia 28 de novembro, e já antes denunciados pela Liga dos Bombeiros Portugueses?

2- Que tipo de acordo foi feito entre o Ministério do Ambiente e o Ministério da Administração Interna para efetivar esta mega operação de transporte de água da Barragem da Aguieira para Fagilde?

3- Quantas corporações de bombeiros estão envolvidas? Quantas viagens são feitas por dia?

4- Quanto é que vai ser pago às corporações envolvidas neste transporte, muitas delas realizando milhares de quilómetros diários? Quando é que o pagamento vai ser efetuado e por que Ministério?

5- Quantas empresas privadas foram contratadas para esta operação? Com que custos?

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2017

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)